

3 SOBRE O PERCURSO METODOLÓGICO

A multiplicidade tem lugar na pesquisa em desenvolvimento. É este entendimento que torna pertinente o processo desenvolvido. O trabalho não parte de um pressuposto de quais são as formas pelas quais um curso de Design deva se configurar. Entendemos como premissa que, sendo um campo de contornos elásticos, marcado pela interdisciplinaridade, o Design é objeto de diversos entendimentos e visões. Disciplina projetual de premência prática, o Design toca muitas áreas da produção humana e realiza-se na visita a vários outros campos do saber, abrindo margem para uma formação complexa e multifacetada. Deste modo, a realização da pesquisa descreve um caminho, que (1) parte de aspectos manifestados no cenário contemporâneo de formação, (2) passa pela análise e descrição da política para a educação superior vigente e pelas declarações institucionais que trazem a promessa dos cursos, (3) chega às visões sobre a formação e papel do profissional. Tal circuito, acreditamos, dialoga com a epistemologia do campo, considerando que, a nosso ver, a educação superior em Design refletiria aspectos fluidos do próprio campo.

A presente pesquisa, portanto, se constrói sobre dois polos. Um deles relaciona-se à política para a formação na área do Design. O outro corresponde às declarações institucionais das IES selecionadas disponíveis em seus respectivos sites, **com** cursos de Design credenciados e aprovados pelas avaliações oficiais. O primeiro polo é o pano de fundo sobre o qual os cursos são planejados. É o polo que permitirá balizar as leituras dos dados a serem coletados nas declarações. Nesse sentido, o pano de fundo é composto pelos documentos que registram a política para a formação em Design, entendendo este repositório como registro fixo de um momento no tempo que pauta o desenvolvimento de todos os programas e cursos inscritos em território brasileiro. Assim, o repositório é composto por textos das NDCNs para o campo do Design e do ENADE para a área em sua edição de 2009. Em relação às NDCNs para a formação em Design, os documentos a serem analisados são aqueles que registram os termos de aprovação das diretrizes curriculares da área, vigentes até hoje, presentes na

resolução 05/2004, de 8 de março de 2004, e no parecer 0195/2003 (este compreendendo as guias seminais que pautaram a resolução de 2004). Em relação ao ENADE, o recorte se dá abarcando a portaria que divulgou as definições relativas à avaliação dos concluintes e ingressantes em cursos de Design, no ano de 2009, e nas questões específicas para a área presentes na mesma edição do exame.

Desta maneira, o presente capítulo tem a finalidade de apresentar o percurso metodológico da tese. Este percurso está dividido em três fases que serão apresentadas nas próximas seções. A primeira fase será denominada de Fase 1 – Análise documental: Dados governamentais. A segunda fase será denominada de Fase 2 – Análise documental: Dados das IES. Nesta etapa, serão utilizados os dados da primeira análise para fundamentar a criação de categorias para a classificação dos dados encontrados. A terceira fase será denominada de Fase 3 – Painel: Política, formação e campo. Nesta fase do trabalho sintetizaremos os achados das primeiras duas análises em painéis comparativos, ensejando um diálogo entre (a) a instância política, (b) a instância correspondente à formação e (c) a instância correspondente à epistemologia do campo.

3.1. Fase 1 – Análise documental: Dados governamentais

A primeira fase se dedica à análise dos documentos que apresentam a política educacional para a área, em suas perspectivas de orientação, regulação e avaliação. Esta fase tem a análise documental como técnica escolhida para o cumprimento de parte dos objetivos da presente tese e pode ser definida como uma análise documental que trará dados que permitirão balizar a montagem da sequência do estudo de caso. Deste modo, os textos estudados cumprem o papel de trazer guias que tornarão possível a busca inicial por padrões nos próximos passos do trabalho. Com base no recorte que guia este trabalho, esta análise opera como a fase exploratória do estudo, por permitir a conformação de bases que ligarão a literatura abordada ao caso propriamente dito, criando pontos de reflexão e possibilitando maior qualificação nas questões norteadoras do trabalho. Dizem Lüdke e Andre:

“Podem existir inicialmente algumas questões ou pontos críticos (Stake, 1978) que vão sendo explicitados, reformulados ou abandonados, na medida em que se mostrem mais ou menos relevantes na situação estudada. Essas questões ou pontos críticos iniciais podem ter origem no exame da literatura pertinente, podem ser fruto de observações e depoimentos feitos por especialista sobre o problema, podem surgir de um contato inicial com a documentação existente e com as pessoas ligadas ao fenômeno estudado ou podem ser derivados de especulações baseadas na experiência pessoal do pesquisador (ou grupos de pesquisadores).” (Lüdke e Andre, 1986)

No caso, essa explicitação de pontos críticos tem origem no exame da literatura já realizado e na análise da legislação que pauta a formação do designer. Como levantado anteriormente, acreditamos na relação dialética que liga a compreensão do campo à formação das novas gerações profissionais. O movimento aí enxergado só existe pelo componente educacional, pelo qual, na prática pedagógica, alimentados pelas práticas presentes, qualificamos profissionais que aperfeiçoarão estas mesmas práticas ou lhes darão um novo significado a partir do emprego das mesmas, num cenário que se altera a cada minuto, quebrando paradigmas e modificando a própria estrutura da ação do designer, incidindo, então, numa mudança da própria estrutura do campo. Assim, a concepção da pesquisa surge do contato inicial com a documentação ora apresentada, como marca de um entendimento corrente que influi nesse movimento dialético ensejado pela prática educativa. Surge também das respostas das IES à legislação, registradas no projeto pedagógico de curso e no perfil do profissional a ser formado – profissional esse que será avaliado pelo ENADE. E surge, sobretudo, da conexão entre essas manifestações de projeto para a formação do designer com a própria significação de campo e profissão expressa na literatura da área, já apresentada.

A análise documental tem como função complementar as informações obtidas por outras técnicas. Nesse sentido, o diálogo que possibilita o trabalho aqui apresentado prima por um primeiro desenho de cenário, pautado no cruzamento da análise da legislação e no levantamento inicial. Tal reflexão permite a construção do pano de fundo que requalifica as questões da pesquisa e influi no tratamento dos demais dados que compõem este trabalho. O estudo das NDCNs e do ENADE promove o desvelamento de novos aspectos do tema.

O entendimento de documento é abrangente, compreendendo “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano” (Phillips, 1974, *in* Lüdke e Andre, 1986). Os materiais aqui analisados são pareceres e regulamentos que enunciam a política educacional do Design no país. Nesse enunciado, eles dizem o que se espera de um modo geral do profissional formado como designer. Nesse sentido, neles encontraremos a expressão de uma visão quanto à atividade, no que tange o conjunto de competências que embasa tal profissão. Mais ainda, nesses documentos está a expressão de um contexto ligado a um tempo, está uma expressão que, em si, é imutável, ainda que sua significação seja fruto da identificação entre o discurso ali produzido e a recepção no tempo em que for lido. Um determinado texto, publicado numa data determinada, não muda sua configuração, sendo um ponto fixo que atravessa as camadas do tempo, funcionando como um eixo de conexão entre todos os trabalhos que queiram dele se servir. O texto é vivo pelas relações firmadas com leitores e textos diversos em épocas diversas, mas, enquanto forma, é um denominador comum que atravessará gerações.

Nesse sentido, Guba e Lincoln (1981, *in* Lüdke e Andre, 1986) identificam como uma das vantagens da utilização de documentos na pesquisa o fato de eles serem fontes estáveis de informação. Para eles, “os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador” (Guba e Lincoln, 1981). Sobre a relação entre esta fonte e o contexto, eles dizem que, além de trazerem informação contextualizada, os materiais documentais surgem em dado ponto, carreando dados sobre esse contexto de origem. Holsti (1969, *apud* Lüdke e Andre, 1986) atenta para situações nas quais o uso de análise documental é apropriado, dizendo que o recurso a documentos é uma alternativa quando o acesso às informações é problemático; é rico, quando “se pretende ratificar e validar informações obtidas por outras técnicas de coleta, como, por exemplo, a entrevista, o questionário ou a observação” (Holsti, 1969); é primordial, quando a abordagem central se dá sobre a expressão dos indivíduos – conferindo à linguagem dos sujeitos um protagonismo na investigação.

Abordar uma fonte de pesquisa, no entanto, também implica premissas que são particulares aos interesses de cada trabalho desenvolvido. Laville e Dionne (1999) dizem que os documentos aportam uma informação de forma direta, mas

demandam triagem, crítica, categorização, ordenação e julgamento de sua pertinência às necessidades da pesquisa. Para eles, esta escolha já é um processo de análise, uma vez que a seleção definidora do *corpus* do trabalho se pauta pelas características da tese e pelo papel que cada componente do *corpus* cumpre dentro daquele percurso. Os documentos selecionados no presente trabalho atendem a determinados critérios.

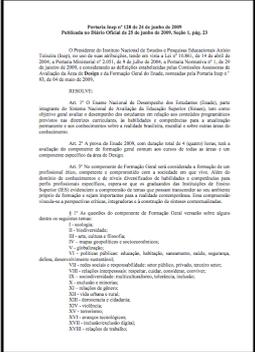
Lüdke e Andre (1986) lembram que o primeiro passo para a seleção criteriosa é caracterizar o tipo de documento que será utilizado. Incide aí um olhar que toma esse objeto de análise como uma serventia ao projeto que se desenvolve. Nesse sentido, no caso aqui em construção, o interesse é pelos documentos em que repousam a manifestação das diretrizes que pautam a educação superior em Design e pelos textos que trazem dados detalhados sobre a avaliação a que são submetidos os estudantes de Design a cada triênio.

Assim, foram selecionados para análise, em relação às Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o campo do Design os seguintes documentos:

Documentos selecionados		
Documento 1	Resolução 05/2004 , da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, de 8 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União do dia 15 de março do mesmo ano	Link < http://www.udes.c.br/arquivos/id_submenu/83/resolucao_2004_5_cne_ces.pdf >
Documento 2	Parecer CNE/CES 0195/2003 , da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, aprovado em 5 de agosto de 2003	Link < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES_0195.pdf >

O **documento 1** (Resolução 05/2004) foi selecionado por trazer as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Design, segundo termos da própria resolução. O **documento 2** (Parecer CNE/CES 0195/2003) relaciona-se ao primeiro, sendo documento anterior e base para o desenvolvimento da resolução. Neste são trazidas as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Música, Dança, Teatro e Design. Convém ressaltar que o objeto de análise, neste segundo documento, é a parte dedicada à graduação em Design e os termos gerais relativos à organização padrão das diretrizes – que itens contém, como se referem a cada um deles. Também é importante sublinhar que o texto referente ao curso que aqui é objeto de análise tem poucas mudanças em relação à resolução posterior, esta, sim, merecendo análise profunda por conter a íntegra das DCNs hoje em vigor.

Em relação ao Exame Nacional do Desempenho de Estudante para os estudantes de Design, foram escolhidos para análise os seguintes documentos:

Documentos selecionados		
<p>Documento 3</p> 	<p>Portaria INEP nº 128 de 24 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União a 25 de junho do mesmo ano.</p>	<p>Link <http://download.inep.gov.br/download/enade/2009/Portaria_Diretrizes_2009_Design.pdf></p>
<p>Documento 4</p> 	<p>Prova de Design do ENADE 2009, realizada em novembro daquele ano.</p>	<p>Link <http://public.inep.gov.br/enade2009/DESIGN.pdf></p>

Neste caso, o documento 3 (Portaria INEP nº 128) nos interessa por divulgar as disposições relativas à avaliação dos alunos de Design, “considerando as definições estabelecidas pelas Comissões Assessoras de Avaliação da Área de Design e da Formação Geral do ENADE” (Portaria INEP nº 128, 2009). Aí está o rol de competências a serem aferidas no exame dessa edição, bem como os conteúdos que foram abordados. A portaria também reúne disposições gerais sobre a prova, dado importante para contextualizar a análise do documento. Já o documento 4 (Prova de Design do ENADE 2009) será analisado com foco nas questões de formação específica direcionadas aos alunos do campo. Também foram recolhidos documentos referentes ao gabarito das questões objetivas, ao padrão de resposta das questões discursivas e o relatório síntese que traz a análise técnica da prova, cotejando o padrão de erros e acertos por questão. Convém destacar que estes três últimos documentos são materiais de apoio que ensejarão um diálogo com as questões da prova de Design, mas não serão analisados especificamente.

O ENADE para a área do Design ocorreu em três edições: 2006, 2009 e 2012. A escolha pela segunda edição se dá pelo fato de ser a mais recente cujos dados já foram analisados e publicados. Assim, foi o último exame a alimentar a concessão de nota de avaliação dos cursos da área, ligando-se a um critério para a definição do cenário do estudo de caso – balizado pelos cursos com os melhores conceitos emitidos pelo Ministério da Educação. Foi selecionado, portanto, o exame cujos resultados foram completados, tiveram sua análise tornada pública e serviram como critério para a avaliação, também tornada pública, de cursos de Design, por parte do SINAES.

Uma vez definidos, os documentos só servem à tese na medida em que se tornam objeto de análise. Deste modo, eles passam a se tornam dados que subsidiam o trabalho a partir da investigação dos conteúdos simbólicos ali depositados. Observa-se quanto a essas mensagens que:

“podem ser abordadas de diferentes formas e sob inúmeros ângulos. Pode, por exemplo, haver variações na unidade de análise, que pode ser a palavra, a sentença, o parágrafo ou o texto como um todo.

Krippendorff enfatiza ainda que as mensagens transmitem experiência vicária, o que leva o receptor a fazer inferência dos dados para o seu contexto.” (Lüdke e Andre, 1986)

Assim sendo, o desenho desta análise e a escolha da teoria que baliza sua concepção são frutos do serviço que estes documentos devem prestar ao trabalho. A seleção é feita de acordo com critérios segundo os quais um determinado tipo de material pode manifestar dados que permitam a fruição da pesquisa. Da mesma forma, para atingir tais objetivos – observando que atingir os objetivos não significa buscar uma informação específica, mas operar os documentos de forma a extrair deles uma classe de informação que permita o desenvolvimento de reflexão que qualifique o trabalho – deve-se escolher a abordagem metodológica que seja coerente com a tal função.

Desta maneira, buscamos identificar, na análise documental, informações factuais a partir de determinadas questões de interesse (Caulley, 1981). Patton (1980) diz que a análise de dados qualitativos é um processo criativo que exige “sistematização e coerência do esquema escolhido com o que pretende o estudo” (Patton, 1980, *apud* Lüdke e Andre, 1986). Logo, com o objetivo de entender o que os textos revelam sobre as competências para fazer Design, segundo a visão da política educacional do Estado, devemos montar uma estratégia que compreenda as manifestações simbólicas em torno da noção de competências do designer. Aí devemos atentar para a ecologia de formas pelas quais os documentos podem abordar tal noção, ora como lista de competências a serem avaliadas, ora na inferência das competências avaliadas nas questões da prova ou, ainda, nos eixos que balizam competências e habilidades a serem desenvolvidas nos cursos de graduação segundo as diretrizes curriculares. Patton (1980) afirma, nesse sentido, que o “esforço de detectar padrões, temas e categorias é um processo criativo que requer julgamentos cuidadosos sobre o que é realmente relevante e significativo nos dados” (Patton, 1980, *apud* Lüdke e Andre, 1986).

O processo demanda um desenho inicial de plano de trabalho, além de um processo de leituras e releituras, a fim de detectar como o conceito que é objeto central da análise é abordado. Nessas leituras e releituras, serão construídos os planos de análise, primeiro mostrando uma estrutura geral do documento, que serve como contexto para as informações ali disponíveis; depois, agrupando as informações por semelhanças, encontrando padrões que permitam relações e inferências, estas baseadas no diálogo entre os padrões de discurso encontrados e o arcabouço teórico já apresentado como fundamentação da pesquisa.

Deste modo, pode-se afirmar que esta análise tem o objetivo de descobrir, levantar condições e qualificar questões. O diálogo entre as análises levará a uma percepção balizadora de como se pautam as competências para a atuação do designer sob a perspectiva da legislação e do projeto pedagógico do curso acompanhado. A ideia é ler os documentos, encontrar e qualificar categorias, relacioná-las e validá-las no interdiscurso dos textos.

Partimos assim da definição de que é de nosso interesse o discurso manifestado nos documentos selecionados. As manifestações, as relações sintagmáticas que permitem inferir padrões por similaridade ou diferenciação semântica contribuem no sentido de qualificar a análise do texto, permitindo uma constante depuração dos dados e o diálogo permanente com os contextos – dos quais eles são parte e aos quais se referem. Nesse sentido, o interesse não recai sobre a indexação por quantidade de termos. Centra-se, sim, na materialidade discursiva para compreender como os sentidos se constituem no discurso, como efeitos de sentidos filiados a redes de significação (Orlandi, 2012). A análise aqui realizada propõe reconstruir a ecologia de significados ali ensejada, com seus vetores de força e com a compreensão não do que aquilo significa, mas de como aquilo significa e se constitui num texto que é construído por sujeitos ao mesmo tempo que constrói sujeitos. Com isso, acreditamos poder realizar o diálogo entre os textos, fechando a análise na apreciação da zona de interdiscurso inscrita no coletivo formado pelos documentos associados.

Para Bakhtin (1992), o discurso é um ato formulado pelo sujeito que constitui a concatenação de modos de comunicar com um dado propósito. Cada construção tem um objetivo próprio a atingir. Ele deve ser fruto de planejamento, para a compreensão da escolha e a ordenação do repertório usado, de forma que seja inteligível ao sujeito para o qual se comunica. O linguista russo entende que o discurso é composto por unidades, que denomina enunciados, e se conecta com seu contexto tanto no momento da expressão, quanto no processo de criação, quando seu criador antecipa condições do cenário para o qual vai se dirigir. Cada enunciado é considerado como único, carregando as escolhas de signos e usos apreendidas nos diversos atos de comunicação cotidianos e sua forma traz valores contextuais significativos para a apreensão daquilo que se quer comunicar.

A análise documental será então a síntese dialógica da análise de cada documento. No **Momento 1**, serão observadas as condições – gênero do

documento, objetivos e posicionamento - que marcam as origens de cada documento. No **Momento 2**, será apresentada a organização geral do mesmo, definindo o recorte de análise. Será definido também o discurso a ser analisado. No **Momento 3**, a seleção será objeto de estudo, passará por revisão em busca de redes de significação baseadas em relações de equivalência semântica entre partes do texto. A análise em três momentos promoverá, então, no **Momento 4**, o levantamento de questões, o esclarecimento de pontos para a pesquisa e o diálogo com o levantamento prévio. Finalmente, no **Momento 5**, as análises das NDCNs para a graduação em Design, da portaria do ENADE 2009 e da prova de Design do mesmo processo avaliativo serão sintetizadas a fim de apontar quais visões do designer (e das competências que constituem o profissional) se encerram aí. Lembramos que tal análise trará subsídios para a concretização do segundo eixo de análise, no qual compreenderemos o cerne das respostas institucionais, no diálogo que pretendemos ensejar.

3.2. Fase 2 – Análise documental: Dados das IES

A segunda fase se dedica à análise das **declarações institucionais dos cursos de graduação em Design** escolhidos segundo critérios que serão esclarecidos mais à frente. Nesta fase, descrevemos o próprio corpus de pesquisa, bem como o processo de coleta dos dados, o ferramental e as técnicas de análise e a organização dos dados. A análise do discurso de viés bakhtiniano será o aporte teórico a partir do qual decodificaremos os textos.

Sendo assim, definimos que nosso campo de visão está restrito aos bacharelados em Design brasileiros. Mas, que critérios nos permitirão selecionar as fontes de informações que melhor servirão à construção da reflexão ora em curso? O *corpus* é definido a fim de tornar comparáveis as fontes e dados. Tal isonomia é obtida a partir da construção de critérios. Estes, por sua vez, são regras que tem como princípio tornar objetiva a seleção das informações, com a finalidade de agrupar aqueles dados que nos permitam alcançar o objetivo deste trabalho.

Tendo analisado previamente a legislação que orienta, avalia e regula a política para a educação superior na área, é natural que, de todos os bacharelados em Design brasileiros, seja de nosso interesse focar apenas naqueles que

respondem positivamente às orientações das NDCNs e às avaliações do ENADE – entendemos que é no discurso desses programas de graduação que encontraremos respostas diferentes, mas aceitas pela regulamentação oficial. Portanto, o **primeiro critério** de seleção das fontes de dados é o de que os **cursos selecionados devem ter CPC acima de 3**.

Além disso, como vimos anteriormente, por conta do que dizem os planos nacionais para a educação e para a pós-graduação, vimos as orientações para a crescente participação dos egressos dos programas de doutorado na formação superior no país. Diz a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) que o exercício do magistério é uma das funções principais dos programas de pós-graduação *stricto sensu* qual sejam mestrado, como ponto inicial, e doutorado, como ponto mais alto. Segundo o Plano Nacional para a Pós-Graduação 2011-2020 (BRASIL, 2010), um possível caminho da educação superior é o incentivo ao mestrado profissional e a supressão dos mestrados acadêmicos em favor dos programas de doutorado. Tais escritos, somados a uma política (manifestada no Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020. BRASIL, 2010) que orienta quanto a um aumento percentual de professores com doutorado nos corpos docentes das universidades nacionais, denotam uma tendência a uma progressiva influência dos doutores nos percursos de formação das novas gerações de designers brasileiros. Desta maneira, é importante compreender como as IESs, que atualmente formam tal massa crítica, estão construindo seu discurso referente aos programas de bacharelado ora correntes. Sendo assim, como **segundo critério** de seleção das fontes de informação, definimos que os **cursos selecionados devem ter estar em IESs que possuam programa de doutorado na área**.

Num primeiro momento, construímos critérios de seleção das fontes de informação. Selecionadas as fontes, é necessário indagar que informações desejamos obter. Que dados alimentarão a discussão e reflexão a que esse trabalho se propõe? Que matéria será constituinte da reflexão em curso?

A pesquisa, dentro de uma perspectiva qualitativo-interpretativista (Erikson, 1996), tem como material de análise os discursos dos documentos que constituem o *corpus*. Tais discursos se manifestam pelo uso da linguagem. Para Elliot (1996), a linguagem é um meio orientado à ação e com determinada função, que as pessoas usam intencionalmente para construir versões do mundo social. Dessa forma, existe uma relação única entre cada palavra, vista como código, e seu

significado, visto como decodificação da informação ali carregada (Zajacova, 2002). Bakhtin trata a linguagem como sistema de signos e vê a interação como protagonista das situações de comunicação. É essa interação que permitirá a produção de sentidos por parte de quem enuncia algo e por parte de quem recebe a mensagem. Por isso, entende-se que, ao construir uma mensagem, o produtor de um enunciado escolhe as formas a partir da definição de algo que se quer dizer e para quem se quer dizer isso. O meio onde ocorre o ato de comunicação, portanto, é o ponto-chave para a significação atribuída a cada signo com que interagimos.

Ao desenvolver seus estudos sobre comunicação e linguagem, o linguista russo Mikhail Bakhtin desenvolveu todo um *corpus* teórico a partir de conceitos-chave como a heteroglossia, a polifonia, o dialogismo, o conceito de enunciado, o discurso e a lei do posicionamento. Sua concepção de estudo linguístico decorre do pressuposto de que a produção de sentidos ocorre no meio social em que se emite ou recebe a mensagem, e não internamente. É no ato em curso que os significados se associam aos signos, para todos os que estão interagindo, gerando uma indução de sentido e resposta mútuas. Dessa forma, um signo não é uma *face* para um valor; ele pode, sim, desvelar, em cada encadeamento manifestado em cada discurso, novos valores. Entendendo a interação como ponto crucial, Bakhtin vê a possibilidade de que cada meio social erga seus próprios repertórios, aumentando exponencialmente a capacidade de expressão pela linguagem, fenômeno chamado de *heteroglossia*.

Já polifonia e dialogismo são conceitos próximos. Para Bakhtin, o primeiro conceito parte do princípio de que, em cada ato de comunicação, pode-se perceber uma multiplicidade de vozes. Tais vozes são manifestações de influências correntes do meio, da experiência e de valores presentes no repertório de quem está comunicando. Essas influências marcam o enunciado, fundamentando as escolhas de signos e a composição da mensagem. Mas as vozes que aí estão presentes não são apenas aquelas que dão conteúdo ou subsídio à construção da mensagem: a voz do destinatário da mensagem também ali está, pois é à luz dos lugares para onde se comunica, do público para o qual comunicamos e da resposta exigida em ato comunicacional anterior, que damos forma àquilo que enunciamos (Amorim, 2002).

O segundo conceito dá conta do movimento que se dá no ato de comunicação, como um pêndulo que toca quem fala e quem ouve, retornando e

partindo num diálogo sem fim. O dialogismo também parte do princípio de que a comunicação envolve “eu”, “tu” e “ele”, pois “tudo que se enuncia supõe um 'Eu' que designa um 'Tu', a quem ele se dirige, e fala de um 'Ele'” (Amorim, 2002). Diz Benveniste (1966) que a “linguagem põe e supõe o outro”. A alteridade, assim, manifesta-se como algo que está subjacente ao ato comunicativo, conferindo sentido à enunciação, sendo esta produzida por alguém e para alguém. Se a comunicação é uma ponte que liga indivíduos no tecido do meio social, os enunciados são as instâncias que por aí circulam. Tal movimento tem concepção dialógica, portanto, pois não há, para Bakhtin, ato comunicativo inerte ou originado do éter. O ponto de onde parte o enunciado é influenciado pelo ponto para o qual ele se destina, “o que conduz ao princípio maior do dialogismo, que é o princípio da não coincidência consigo mesmo: do ponto de vista discursivo, 'A' não é nunca idêntico a 'A'” (Amorim, 2002). Em suas teorias, parte-se da premissa, portanto, de que todo enunciado ocorre em resposta a outro enunciado e de que todo enunciado é único e irrepetível (Bakhtin, 1992). Logo, o ato de comunicação é fundamentalmente um ato responsivo-ativo.

O tempo aparece como variável fundamental nas teorias bakhtinianas. Tratando a linguagem com sua concepção histórica, Bakhtin interessa-se pelo fenômeno em trânsito, não pelo fenômeno asséptico, extirpado de suas conexões com o real e com os indivíduos e contextos que dele fazem parte, redefinido de forma abstrata, sendo assim adulterado. Tempo e posicionamento, como visto, cumprem um papel importante em suas concepções. A criação expressiva de quem comunica não se alimenta apenas das vozes já explicitadas. A produção de sentido de cada enunciado também será fruto da relação com o objeto do qual se fala. Pois, ao discorrermos sobre algo, revelamos um ponto de vista sobre tal objeto, conectando a produção de sentidos despertada pelo enunciado não só a esse objeto do discurso, mas também aos outros enunciados que manifestam outros pontos de vista sobre o mesmo objeto. Diz Machado (1996):

“A concepção do ato dialógico como evento, que ocorre como determinação de um espaço-tempo, é uma elaboração central do pensamento bakhtiniano no sentido de firmar o dialogismo como ciência das relações.”

Se tentarmos entender, pela nossa experiência no mundo concreto, podemos dizer que, ao interagir com um determinado artefato, nossa visão restringe-se à faceta que podemos enxergar do posicionamento em que estamos. Sendo assim, tal lugar delimita as referências espaciais e formais que nos fazem experimentar tal objeto. Mas, se vemos apenas uma parte, como entendê-lo como um todo? A construção do todo se dará pela soma de visões de tal objeto lançadas de pontos de vista diferentes (tanto nossas, presentes em nosso repertório, quanto alheias, transmitidas a nós na forma de descrições) e, portanto, complementares. Do mesmo modo, ocorre em relação aos signos que ativam significados.

“No mundo dos objetos, o posicionamento define e delimita as referências espaciais, que são suficientes para garantir a relatividade com relação aos corpos físicos. No mundo dos signos, onde se situa a linguagem, as especificações são apenas indicativas: aquilo que está além do campo de visão, também potencializa significados.” (Machado, 1996)

Pelo que vimos, podemos dizer que a presente pesquisa está inscrita num campo de conhecimento – Design – e fala especificamente de um tipo de atividade aí realizada – a formação de novos agentes do campo. Os discursos que constituem o corpus da pesquisa, portanto, têm esse pano de fundo e seus signos desvelarão significados influenciados pelo meio por onde circulam. Pelos conceitos estabelecidos até aqui, podemos inferir que cada campo de atividade humana constrói seu repertório próprio e particular, resultante da impressão de ponto de vista particular na reordenação de signos e na revalorização do léxico.

Um discurso, portanto, será constituído pelos modos de organização textual, pelos signos escolhidos e utilizados com determinada função. O *corpus* de análise na pesquisa é constituído por documentos. Tais documentos trazem discursos que manifestam a faceta orientadora, reguladora e avaliadora de uma política de formação, de um lado; de outro lado, os documentos trazem discursos que manifestam publicamente a faceta concreta da formação em si. Tais discursos dialogam entre si e possuem como pontos de conexão a influência entre política legitimadora e instituições legitimadas. O lugar de onde falam – abordando o campo da formação de designers – é comum. Sendo assim, encontraremos paralelismo no tratamento e na valoração dos signos, bem como similaridades no universo vocabular e semântico utilizados, como vestígios de um posicionamento

comum, estando todos inscritos não só numa área de saber, mas numa faceta específica de tal campo, relacionada à educação de seus atores.

Os textos, como vimos, armazenam significados socialmente estabelecidos, produzidos num determinado contexto histórico, que envolvia e influenciava cada autor de texto, e num determinado contexto social, ao qual se refere em seu corpo. Para Bakhtin, cada construção parte de um lugar específico e tem um objetivo a atingir. A fim de atingi-lo, o “interator” deve escolher e ordenar o repertório a ser usado, de forma a ser inteligível pelo público, pesando aí o lugar de onde se fala e para onde se dirige. Nas escolhas que configuram os enunciados, componentes do discurso, estão os vestígios dos contextos histórico e social onde circula a expressão projetada.

Este é o desafio que enfrentamos no trabalho em curso: construir um painel (Fase 3, descrita a seguir) ensejando um diálogo entre política, formação e campo. Montar tal painel, destacando as nuances das relações, fomentará a discussão acerca de quais perfis de designer vêm sendo retratados nas orientações e vêm sendo formados pelas instituições. Encontrar o lugar de cada enunciação neste contexto demanda descrever um contexto complexo contra o qual poderemos refletir acerca das atualizações e das demandas para o profissional na sociedade contemporânea. Isto posto, vale pensar o que revelam os discursos em relação ao que normatiza o ensino – e, portanto, configura um *status quo* no perfil esperado do designer. E o que revelam os textos sobre a epistemologia do campo, quando confrontados com esse discurso – manifestando, portanto, aquilo que é marginal ao *status quo*.

A fim de exercitar plenamente o diálogo entre discursos aqui proposto, entendemos como fundamental estudar informações que representem uma visão institucional e que travem contato com o público formado por potenciais futuros graduandos. Isto porque os documentos analisados anteriormente orientam a construção dos programas de graduação e avaliam os estudantes, denotando o norte da pesquisa que prioriza a ligação entre política para a educação superior e sua concretização, que se dará a nível institucional de formação dos indivíduos. Logo, os discursos que serão **objeto de análise** se configuram nas **declarações institucionais dos cursos selecionados disponíveis em seus respectivos sites**, uma vez que tais declarações são públicas, de livre acesso, sendo passíveis de livre consulta por todo o público interessado em travar contato com uma

determinada instituição e têm a finalidade de transmitir a tal público uma determinada imagem do curso. Nelas, estão representadas as promessas do curso para futuros alunos.

3.2.1. Coleta e tratamento do corpus da fase 2

No *corpus* documental colecionado, estão presentes as diferentes visões sobre a missão de formação, o perfil do profissional e os contextos de atuação potenciais. A coleta de tal material se deu pela consulta às páginas da Internet de cada curso de graduação em Design selecionado. Na consulta ao *site*, os textos foram sendo copiados um a um e ordenados de forma sequencial, obedecendo a ordem das sessões que disponibilizam tais informações. Resolvemos tratar aqui apenas do conteúdo textual que há nas declarações institucionais, não incorrendo nossa análise em qualquer ponto sobre a *interface* das páginas ou sobre o universo imagético representado.

Desse modo, explicitamos ao leitor o processo de coleta e tratamento dos dados, de modo que, aliado ao plano de análise, o resultado do processo possa ser apreciado em relação a todo o seu desenvolvimento. A análise do discurso segue o método indutivo-dedutivo, em que cada etapa demanda uma releitura dos dados anteriormente coletados, possibilitando um aprofundamento da análise. Podemos dizer que os dados de análise seguirão passos que partem da coleta e da leitura geral do material, a fim de contextualizar as unidades de registro, para a decodificação estrutural, que balizará e selecionará as unidades de interesse, terminando por qualificar os conceitos emergentes do levantamento e a concatenação dos trechos selecionados, relativos ao objetivo da pesquisa.

No **Momento 1**, faremos a pré-análise do material, que consiste numa leitura flutuante do corpus coletado (Bardin, 2011, p. 132). Com esse passo, compreenderemos a organização geral do documento, conferindo seu propósito e as formas de alcançá-lo. É dessa leitura que construiremos a sinopse e a resenha da declaração, juntamente à ficha (na qual constam dados referentes ao conceito do curso, ao número de alunos atendidos e às habilitações oferecidas).

No interesse de compreender o que se manifesta nos discursos, vemos como fundamental contextualizar de onde vem tal enunciado. Logo, cada declaração institucional será precedida de uma ficha que trará o local onde está o

bacharelado, há quanto tempo ele existe, quais habilitações disponibiliza para o público (segundo dados do sistema eletrônico e-MEC, que disponibiliza publicamente os marcos regulatórios e dados de cada IES e seus respectivos cursos) e seu número de alunos (segundo Censo da Educação Superior de 2011). Posteriormente, traremos uma sinopse da informação disponibilizada na declaração e uma breve resenha crítica. Na sinopse, destacaremos como a declaração se apresenta, em que seções se organiza e como apresenta seu conteúdo.

Temos aí, portanto, a definição do nosso **enquadre**. Por conta deste passo inicial, conseguimos definir as intenções e o direcionamento do objeto discursivo que tomamos para estudo. Delineamos, assim, o pano de fundo, formado, antes, pelo cenário político para a conformação dos cursos de bacharelado em Design e, agora, pelo contexto geral da declaração selecionada.

“O enquadre contém uma série de informações que possibilitam aos interlocutores compreender como eles devem tomar uma dada mensagem que em princípio possa parecer ambivalente (e.g., brincadeira vs. comentário crítico). De acordo com Bateson, o enquadre oferece aos participantes elementos que, combinados de certas formas, delimitam que tipo de comunicação ocorre ali e, conseqüentemente, como cada participante deve responder àquela situação específica (i.é, rir em resposta a uma brincadeira, contestar uma crítica, entre outras).” (Ostermann, 1999, p. 368)

No **Momento 2**, faremos a análise temática do *corpus* (Bardin, 2011, p. 100). Tal análise terá como finalidade o destaque de unidades de discurso do texto que façam referência aos seguintes tópicos: **perfil do egresso, competências do profissional a ser formado e atuação profissional**. Assim, uma vez contextualizado e descrito o plano geral de cada declaração, selecionaremos os trechos que trazem os enunciados que nos permitirão configurar aquilo que as instituições formadoras enxergam como fundamental no desenvolvimento e na atuação do designer.

Sendo assim, definiremos nossas **unidades de contexto** (Bardin, 2011). Tais unidades, *a priori*, podem ser frases completas ou conjuntos de frases, contanto que nelas vejamos como tema aqueles definidos acima. Feita a primeira leitura do documento integral, portanto, nos utilizaremos da análise do discurso e decodificaremos, estruturalmente, a declaração a fim de selecionar os trechos que

manifestam conceitos relativos à **formação de designer**. De tal processo levantaremos os conceitos-chave que marcam cada declaração, a fim de realizar uma síntese do universo referente à visão de profissional manifestada.

No **Momento 3**, finalmente, analisaremos os trechos selecionados de modo a encontrar as visões acerca do profissional ali presentes. Nessa síntese, já cotejaremos elementos presentes na análise das NDCNs e ENADE, previamente realizadas, de modo a destacar quais linhas indicam o diálogo entre as visões presentes em cada declaração e as visões presentes nos documentos que manifestam a política para a educação superior na área.

As partes do discurso selecionadas se configuram em **unidades de registro temáticas** (Bardin, 2011), uma vez que nosso intuito, neste caso, é o de levantar termos que manifestem os conceitos-chave que permitirão um diálogo com os discursos que manifestam a política para a educação superior em Design. Sendo assim, nossas unidades de registro serão unidades de sentido, codificadas a partir das unidades de contexto, sendo as mesmas extraídas do *corpus* bruto. Convém observar, no entanto, que, ainda que tenhamos predefinido os temas de interesse nesses discursos, nossa busca ainda é exploratória, pois entendemos que a descoberta será fruto do estudo dos discursos do qual emergirá uma visão global quanto à formação do designer. Como dissemos anteriormente, interessa-nos abordar os textos para levantar os conceitos-chave presentes e as semelhanças e diferenças entre as respostas construídas para as orientações das NDCNs e a regulação do ENADE.

Com o universo de conceitos-chave delineado, partiremos para a discussão em diálogo com os discursos que manifestam a política para a educação no campo e com os discursos sobre a epistemologia do Design, nos pontos em que se refere aos conceitos-chave emergentes. A comparação entre as declarações e o painel formado pelos conceitos-chave indicará semelhanças e diferenças que serão usadas no cruzamento de dados que fomentará a discussão levada a cabo posteriormente. Entendendo as declarações como respostas às orientações divulgadas nas NDCNs, compreendemos que seu caráter de texto discursivo de cunho responsivo-ativo pede que tratemos os dados a partir de aporte teórico de viés bakhtiniano (Bakhtin, 2006; Bakhtin, 2003).

Desta forma, seguimos a metodologia de análise do discurso proposta por Orlandi (2012, p. 77). Inicialmente, do *corpus* bruto (declaração institucional

integral) observaremos seus mecanismos de organização e sua orientação geral. Juntamente com a função geral de tal gênero de documento, já compreendida anteriormente, tal conhecimento nos permite construir um plano contextual que fundamentará o entendimento das partes constituintes do discurso, seus enunciados. Ao final, compreenderemos os processos discursivos, desvelando a formação ideológica do discurso de cada instituição concretizado no texto de sua declaração.

No presente estudo, portanto, é fundamental entender, a partir dos vestígios depositados nos discursos, os pontos de vista sobre o designer. Com a lei do posicionamento, Bakhtin trabalha com a determinação e a relatividade dos discursos. Se, antes, na Fase 1 (análise documental referente à política para a educação em Design), vimos a compreensão do perfil, das competências e da forma de atuação do profissional sob um ponto de vista, agora, na Fase 2 (análise das declarações institucionais), veremos o mesmo objeto sob um novo ângulo, por um novo viés não contemplado pelos sujeitos do discurso analisado anteriormente.

3.3. Fase 3 - Painel: Política, formação e campo

Observamos que, em consonância com os estudos de Bakhtin, é pela soma de diversos pontos de vista na relação social que construímos uma abordagem complexa dos assuntos.

Considerando o discurso das Diretrizes Curriculares, que conferem autonomia às IESs na proposta de seus projetos político-pedagógicos e demandam que se leve em conta, na formatação dos programas, as condições do contexto local (social, econômico e geográfico) em que os cursos estão inseridos, e o aporte teórico de viés bakhtiniano, veremos depositados, nos discursos das declarações, diferentes pontos de vista sobre o mesmo objeto: o designer em formação. Na conjunção das análises, em diálogo que se apoia na interdiscursividade dos textos relacionados, acreditamos conseguir fundamentação e substância para desenvolver um Painel que coloque em diálogo Políticas públicas, formação e campo do Design. A partir do Painel intentamos realizar a discussão proposta na tese.

O Painel foi construído considerando o paralelismo que deve orientar a configuração discursiva de documentos que compõem um mesmo sistema. A fase

1 estudará os dados fornecidos pelos discursos que manifestam as orientações políticas para os cursos de bacharelado em Design. A fase 2 estudará os dados fornecidos pelos discursos que manifestam as concepções de formação que pautam as respostas a tais orientações, na forma das declarações institucionais de alguns cursos. Dessa forma, acreditamos haver um paralelismo na organização do discurso de tais documentos. A partir da estrutura dos documentos, prosseguimos com o **Momento 1** da construção do painel. Neste passo, levantaremos eixos comparativos para os dados presentes nos objetos discursivos estudados.

A compreensão dos conceitos que permeiam o discurso analisado nas duas primeiras fases deve se alimentar das acepções reveladas pelos contornos da área para a qual se direciona a formação orientada. Nesse sentido, é importante realizar um levantamento das definições da área do Design e dos conceitos apresentados nas análises documentais em seu registro epistemológico. Esse levantamento corresponde ao **Momento 2** dessa etapa.

A terceira fase do percurso metodológico tem o sentido de construir as pontes entre (a) a instância política, representada pelas descobertas realizadas por meio da análise das NDCNs e do ENADE, (b) a instância correspondente à formação, representada pelas descobertas realizadas no estudo das declarações institucionais e (c) a instância correspondente à epistemologia do campo, representada pelo levantamento bibliográfico relativo às definições da área e a uma breve revisão de fatos pertinentes à configuração do ensino em Design no país.

3.4. Próximos passos

A seguir, apresentaremos as análises das declarações dos cursos de graduação selecionados, realizando, na conclusão do capítulo, uma síntese que cruza os dados aí levantados. As análises serão apresentadas por ordem decrescente de longevidade dos bacharelados selecionados – dos cursos estabelecidos a mais tempo para os cursos mais novos. Tal decisão parte do pressuposto de que os discursos dos bacharelados mais recentes pode apresentar uma visão diferente em relação ao perfil do designer e à qualidade de sua atuação se comparada à visão das instituições mais antigas. É claro que tais discursos podem ter se modernizado com o tempo, ante novas demandas e novas áreas, e até

mesmo a um convite a uma mudança nas orientações da política educacional para a área celebradas nas NDCNs, e, portanto, tal critério se configura não em uma nova hipótese de trabalho, mas, sim, numa regra para a apresentação das análises. Farão parte da análise, portanto, as seguintes instituições de ensino, ordenadas alfabeticamente, com suas respectivas siglas, a serem doravante utilizadas:

PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
UAM	Universidade Anhembi Morumbi
ESDI	Escola Superior de Desenho Industrial (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Em suma, o presente percurso metodológico se divide em três fases, sendo a Fase 1, a que traz a análise documental dos dados governamentais; a Fase 2, a que traz a análise documental dos dados das instituições responsáveis pela educação superior na área e a Fase 3, a que apresenta a discussão da tese a partir do Painel “Políticas, formação e campo”.

As relações dialéticas que configuram mutuamente campo, formação e política influenciam currículos e se manifestam nas relações entre mecanismos reguladores e demandas ao profissional. O capítulo trouxe, assim, o aporte metodológico e o plano de análise de cada um dos polos que configuram o diálogo sobre o qual se apoia o trabalho. A análise documental, a ser apresentada a seguir, tem a finalidade de compreender as formas de descrição do profissional e o que se pede da sua formação. A análise do discurso das promessas de curso – representadas nas declarações institucionais dos cursos que atendem aos critérios explicitados – nos permitirá compreender como as respostas às orientações políticas estão se realizando. Desta forma, é fundamental, para a compreensão do aspecto dialógico responsivo-ativo aí divisado, que a análise do discurso alimente-

se do suporte metodológico de Bakhtin. A análise e o diálogo entre os polos não seria compreensível sem uma base epistemológica que desse conta das definições do campo e de aspectos históricos do desenvolvimento da formação na área no Brasil. O pano de fundo a ser delineado é o contexto onde os enunciados ganharão sentido e poderão ser balizados como pertencentes a um universo comum.

O plano de análise tem como finalidade instrumentalizar o pesquisador para a realização da pesquisa. A qualificação do problema pesquisado foi o centro da apresentação até o momento. A partir de agora, partimos em busca dos achados por meio das análises distribuídas nas três fases, para realizarmos uma reflexão que traga uma contribuição para o campo do Design. Dessa maneira, portanto, apresentaremos, a seguir, a Fase 1 da análise, compreendendo a análise da dimensão política do problema da pesquisa.